

Direito linguístico é pressuposto para a garantia dos direitos humanos: Entrevista com José Ribamar Bessa Freire

José Ribamar Bessa Freire*

Entrevista concedida a **Micael Vier Behs****



Foto: Micael Vier Behs

Dr. José Ribamar Bessa Freire, professor de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio), nesta entrevista, chama a atenção para a diminuição da quantidade de idiomas falados no Brasil e no mundo, atribuindo ao direito linguístico a condição de direito humano. Segundo Bessa Freire, a cada duas semanas e meia desaparece uma língua no planeta. No Brasil de 1500, destaca o pesquisador, existiam 1.3 mil línguas faladas e, hoje, há apenas 188.

Convidado a prestar assessoria durante o seminário Educação e Diversidade, promovido pelo Conselho de Missão entre Indígenas (COMIN), Bessa Freire argumenta que os interesses dos índios devem ser considerados também interesses nacionais.

Cofundador do jornal Porantim, pertencente ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Bessa Freire é autor vários livros, entre eles: Rio Babel – a história das línguas na Amazônia (2004); Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro (2 ed., 2009); A Amazônia no período colonial (7 ed. 2008). Seus artigos especializados têm sido publicados em diversos países: Brasil, Peru, Venezuela, França, Alemanha e Japão.

1) O senhor tem pesquisado as línguas indígenas e o seu uso ainda atual por muitas comunidades indígenas. Poderia nos dizer por que é importante conhecermos estas línguas e valorizá-las, por exemplo, na educação superior?*

Bessa Freire – Na verdade, eu tenho pesquisado a história dessas línguas. O meu interesse é discutir como os brasileiros passaram a falar o português e quando. Esse não é um tema muito estudado. Nós tínhamos, em 1500, aproximadamente 1.3 mil línguas faladas no território que denominamos de Brasil e, hoje, temos 188. O professor Aryon Rodrigues, talvez o linguista com a mais extensa produção bibliográfica no país em torno da questão indígena, diz que o estudo dessas línguas permite explicar uma série de questões relacionadas à própria estrutura da língua. A gente sabe muito pouco sobre isso. Por que temos essa variedade enorme de línguas? O estudo dessas línguas permite explicar algumas questões que intrigam os

* Doutor em letras pela UERJ, professor de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio).

* Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com apoio Capes. Assessor de Imprensa da Faculdades EST, em São Leopoldo, e professor de jornalismo no Centro Universitário UNIVATES, em Lajeado. Desenvolve pesquisa na área da Comunicação, abordando temáticas na interface midiática, sociedade e religião.

linguistas. Por si só, estudar o funcionamento dessas línguas, o seu léxico e a sua gramática tem um valor enorme para elucidar as questões de linguagem.

Existe uma outra questão, colada a essa, que mantém relação com os próprios direitos do homem e com a declaração dos direitos linguísticos. Todo cidadão tem o direito de se expressar na sua língua materna, naquela língua que aprendeu no colo da mãe. Essa discussão também está relacionada à luta para manter o que chamamos de “gloto-diversidade” e que ainda existe em nosso planeta, onde se falam 6 mil línguas diferentes. Dessas 6 mil, os linguistas indicam que pouco mais de 5 mil são línguas moribundas, ou seja, condenadas ao desaparecimento. Estudos revelam que a cada duas semanas e meia desaparece uma língua no planeta.

2) As línguas indígenas faladas no Brasil estão fadadas ao esquecimento?

Bessa Freire – Sobraram 188 línguas, e a situação delas é a mais diversa. A língua Tupi-Guarani Xetá, por exemplo, tinha um único falante que não tinha com quem falar. Uma língua deixa de existir quando desaparece o penúltimo falante, porque o último não tem com quem falar. Nós temos um quadro amplo de famílias de línguas e o português é uma língua-irmã do espanhol, prima-irmã do francês, mas pertence a uma família diferente do alemão, por exemplo. Já o alemão é primo-irmão do inglês e do holandês. No Brasil, existiam mais de 60 famílias de línguas. O grau de intercompreensão entre os falantes dessas línguas pode ser como o do português com o espanhol, mas pode ser como o do português com o japonês. As situações são variadas, e você pode encontrar línguas, por exemplo, como o Xetá, faladas somente por uma única pessoa que somente pode se comunicar com o espelho. Essa é uma situação dramática.

Já o Guarani foi considerado uma língua cooficial do MERCOSUL, sendo falada no Brasil por mais de 40 mil pessoas em 10 estados. A única possibilidade de sobrevivência dessas línguas é a

ampliação de seus usos sociais, ou seja, que os seus falantes sintam orgulho de falar essas línguas. Se os falantes decidirem não falar mais, a língua morre.

3) Segundo o último censo, a população indígena confirma seu crescimento que vem sendo recorrente há várias décadas. Em sua opinião, qual a importância desse crescimento e da presença urbana de muitas comunidades?

Bessa Freire – O crescimento demográfico registrado pelo último censo foi muito grande. Mas, na verdade, o que aconteceu é que os índios sempre estiveram lá, mas não eram apontados como índios. Essa população estava camuflada por medo de assumir a sua condição de índio porque sabia o que isso significaria. Quando a Constituição reconheceu uma série de direitos aos povos indígenas, essas pessoas, que até então dissimulavam a sua real identidade, passaram a assumir que eram índios.

4) Mas eles estavam camuflados nas zonas urbanas ou nas regiões interioranas?

Bessa Freire – O censo de 2000 apontava que pouco mais de 50% da população indígena vivia nas cidades. Essa porcentagem baixou em relação ao censo de 2010. Isso não aconteceu devido a um movimento migratório dos índios para as aldeias, mas principalmente devido ao método de pesquisa aplicado pelo censo. O censo de 2010 foi um pouco mais cuidadoso neste trabalho de mapeamento. O que houve agora foi um autorreconhecimento da sua condição de índio.

5) Por que essas pessoas não assumiam publicamente que eram índios?

Bessa Freire – Principalmente devido à repressão. Elas seriam discriminadas caso confessassem a sua identidade. No entanto, a partir do momento em que o fato de assumir que você é índio faz com que você tenha direitos sobre a terra, a educação e a saúde, esse cenário muda.

6) No encontro do COMIN (Conselho de Missão entre Índios), o senhor debateu o tema

Educação e Diversidade e falou sobre a imagem do índio na educação e na mídia. Como anda essa imagem que seguidamente as pessoas acompanham, por exemplo, na televisão aberta e nos jornais? Ela ajuda a luta indígena ou conspira contra estes povos e seus direitos?

Bessa Freire – Durante a oficina do COMIN, nós assistimos a um vídeo produzido pelos índios. Foi colocado um telão na estação Liberdade, do metrô de São Paulo, com imagens dos índios na televisão aberta e nas telenovelas. Existe uma forte reivindicação que, hoje, até pode parecer delirante. Os indígenas estão reivindicando a concessão de um canal de televisão para que eles possam se comunicar com as diferentes culturas e com a sociedade brasileira. Mas se você parar para pensar, há 40 anos a reivindicação de uma escola indígena bilíngue também era algo delirante.

Hoje temos 2.5 mil escolas em funcionamento neste modelo no país. O nosso país é multilíngue, mas nenhuma universidade pública no Brasil ensina qualquer língua indígena. Nossos estudantes aprendem latim e grego, mas não uma língua indígena. Do ponto de vista linguístico, nós sabemos que qualquer língua é capaz de expressar qualquer pensamento, qualquer sentimento e qualquer ideia. Portanto, não existe uma língua superior, nem uma língua inferior, mas sim línguas diferentes.

7) O governo petista trouxe avanços para o debate em torno da questão indígena? Quais são os principais desafios para os próximos anos?

Bessa Freire – Retrocesso com certeza não. Aconteceram avanços, mas muito menos do que a gente esperava e gostaria. Eu era presidente do PT no Amazonas e participei da fundação do PT nacional levando a seguinte proposta: o PT se propõe a lutar por um estado socialista que reconheça o seu caráter plurinacional e reconheça as nações indígenas. Os caras lá ficaram loucos, isso em 1980. Eu lembro que me deram três minutos para falar. Eu disse que não aceitava, que nós havíamos ficado um ano discutindo essas questões

e eu queria mais tempo. A mesa nos concedeu então seis minutos. Eu falei durante oito. E eu estava sentado ao lado de um cara muito bom, até no nome, Djalma Bom, líder sindical. Ele olhou pra mim e disse: “companheiro, se a gente começar a perder tempo com essas discussões menores sobre índios e mulheres, a gente não vai avançar”. Essa era um pouco a mentalidade da época em São Paulo, e ela vinha da própria militância de professores universitários.

Um estado como São Paulo, que ostenta o museu do Ipiranga com aquelas estátuas gigantescas dos bandeirantes, não está muito preocupado com a situação do índio. Existe uma ignorância muito grande a respeito da realidade indígena. Nós do Amazonas e do Acre começamos a martelar dentro do PT as grandes questões em torno da situação indígena no país. Antes mesmo do governo petista, a constituição de 1988 representou avanços. Ela avançou porque o próprio movimento indígena também avançou, com suas lideranças articuladas e capazes de construir alianças. O movimento indígena conseguiu dois aliados conservadores e que batalharam pelos índios: Ulysses Guimarães e Severo Gomes. Dois políticos decentes e corretos.

Existe hoje no MEC uma coordenação geral de educação indígena e 220 mil crianças estudando em escolas indígenas. Então houve um avanço, apesar de todas as dificuldades que essas escolas enfrentam. O Lula precisou de 843 dias para homologar as terras indígenas de Raposa Serra do Sol, em Roraima. Por que ele demorou? Por causa do jogo político. O bispo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denunciou que o José Dirceu havia negociado com a bancada de Roraima que o Lula não homologaria as terras de Raposa Serra do Sol, caso eles votassem na reforma da previdência. Eu até entendo esse jogo político, mas não aceito que ele se desenrole às custas dos índios. Não existe mais essa ideia de que os interesses nacionais se opõem aos interesses dos índios. A voz dos índios constitui um interesse nacional.

8) De onde vem esta sua ligação tão forte com a questão indígena? Sei que o senhor nasceu

no Amazonas. Pode comentar um pouco mais sobre sua história de vida?

Bessa Freire – Eu nasci no Amazonas e, durante a minha infância, brinquei com crianças indígenas. Minha avó tinha um empregado indígena que, à época, era discriminado e maltratado pelo fato de ser índio. Ele era alvo de gozações por não falar o português direito. Eu mesmo, como criança, participei dessas gozações. Não tinha consciência alguma e aquele era o quadro que me apresentavam.

Eu saí exilado do Brasil e tive a sorte de viver no Peru. Foi isso na verdade que mudou um pouco a minha cabeça. Eu convivi com a população

indígena do Peru, que é forte e muito presente na capital, Lima, e trabalhei em cursos de formação de professores e, quando voltei ao Brasil, a questão indígena estava bastante forte em mim. Quando voltei para Manaus, em 1977, estavam criando a regional do CIMI e propus fazer o jornal *Porantim*. Eu fui editor desse jornal, que começou como um impresso mimeografado.

[Recebido em: junho de 2011,
aceito em: julho de 2011]